

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO DE CBEX
AO MP/TCU

TC 006.899/2019-6

1. Autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser encaminhada ao ente executor, e, promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares – Cadirreg, de que trata o art. 1º, § 3º, da Resolução - TCU 241/2011, **encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, via Scbex/Seproc**, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

Responsável	Trânsito em julgado	Acórdão	Referência
Hélio de Sousa Queiroz	15/08/2015	2.175/2011-TCU-Plenário, TC 004.737/2004-0, processo originador Acórdão condenatório 433/2012 – TCU – Plenário Embargos de declaração 412/2018 - TCU – Plenário Retificador 10146/2017 – TCU – Segunda Câmara Mera petição	9.8.7 - Imputação de Débito Hélio de Sousa Queiroz e Cleide Barroso Coutinho

2. Ressalte-se que o Sr. Hélio de Sousa Queiroz era representado pelo advogado José Henrique Cabral Coaracy (OAB 912/MA), mas que o referido advogado renunciou, em 29/9/2008, do seu mandato em relação ao responsável em tela e nomeou, a partir de 25/02/2016, o advogado Washington Leite Torres, OAB/MA nº 5414, ao qual, por solicitação, foi-lhe fornecida cópia integral do processo.

3. Por meio do Acórdão 2175/2011-TCU-Plenário o Tribunal julgou irregulares as contas do Sr. Hélio de Sousa Queiroz, condenando-o, no item 9.8.7, em débito solidário com a Sra. Cleide Barroso Coutinho.

4. Em sentença no âmbito da Ação Ordinária 33263-78.2014.4.01.3700, proferida em favor da Sra. Cleide Barroso Coutinho, o Juízo da 3ª Vara da Seção Judiciária da Justiça Federal no Maranhão julgou parcialmente procedente o pedido, para **declarar a nulidade** do Acórdão 2175/2011-TCU-Plenário (que julgou irregulares as contas apresentadas, condenando-a na imputação de débito e demais penalidades), bem assim do 433/2012-TCU-Plenário (que rejeitou os embargos de declaração) e do Acórdão 3.146/2012-TCU-Plenário (que não conheceu do pedido de prorrogação de prazo).

5. Entretanto, os alcances da decisão proferida em processo judicial são restritos àqueles que participam da demanda, sendo que, no caso aqui tratado, deve haver a suspensão dos acórdãos apenas na parte que se refere à Sra. Cleide Barroso Coutinho, não alcançando eventuais responsáveis solidários apontados.

6 Por fim, destaca-se que não houve autuação de processo de cbex dos seguintes itens do Acórdão 2175/2011-TCU-Plenário, seguidos dos respectivos motivos:

Item	Responsável	Motivo da não autuação
9.9.2 - Aplicação de Multa 9.10 - Aplicação de Multa	Raimundo Rodrigues dos Santos Filho	Está pagando a multa parceladamente, por meio de desconto em folha de pagamento
9.9.6 - Aplicação de Multa 9.8.7 – Débito Solidário com Hélio de Sousa Queiroz	Cleide Barroso Coutinho	Sentença Judicial

Scbex/Seproc, em 05 de abril de 2019.

[Assinado Eletronicamente]
LUIS CLÁUDIO MOTA DA SILVA
TECE, Matrícula TCU 1914/3